

PLR

SUBSIDIÁRIAS NÃO APRESENTAM PROPOSTA E PETROBRÁS PROPÕE PAGAMENTO COM DIFERENÇA DE 4 VEZES ENTRE O PISO E O TETO

FNP e FUP também participaram de reunião conjunta sobre a segurança dos trabalhadores e seguem em diálogo para tratar a respeito de efetivo, novo plano de carreira e outras questões

No dia 15 de outubro, foi um dia de muitas reuniões no Edifício Senado (Edisen), no Rio de Janeiro.

Pela manhã, a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) em conjunto com a Federação Única dos Petroleiros (FUP) realizaram uma reunião com a diretora de assuntos corporativos, Clarice Copetti, para tratar sobre a segurança de todos os trabalhadores no Sistema Petrobrás, principalmente aqueles que atuam como prestadores de serviço contratados por outras empresas.

Neste mês, como foi amplamente noticiado, ocorreram quatro mortes em unidades do Sistema Petrobras, que envolveram diretamente os trabalhadores terceirizados. Isso motivou a FNP e a FUP a suspenderem as negociações de PLR com o RH da companhia, ao final da semana passada, porque a vida e a segurança dos trabalhadores e trabalhadoras devem estar sempre em primeiro lugar.

“Escalamos a discussão para a Alta Administração, não só por causa da gravidade da situação,

mas porque, em última instância, trata-se de saber qual é o compromisso, quanto de recursos financeiros a Petrobrás está disposta a alocar para ‘subir o sarrafo’ dos contratos”, disse Eduardo Henrique, secretário-geral da FNP.

“Na reunião, ambas as federações cobraram da Petrobrás melhorias e mais investimentos em medidas segurança, para que esse quadro ‘endêmico’ seja contornado, e as pessoas tenham efetivamente segurança no ambiente de trabalho”, complementa Adaedson Costa, secretário-geral da FNP.

A FNP e a FUP conseguiram arranjar um compromisso da Petrobrás em montar um GT a fim de apurar as condições atuais dos contratos dos trabalhadores que atuam como prestadores de serviço.

A Federação, no entanto, foi taxativa na reunião em relação à necessidade urgente de acontecer mudanças concretas no quadro dos gestores responsáveis pela segurança no Sistema Petrobrás.

“Esses gestores estão em seus postos desde a época do governo Bolsonaro e não mudaram o conceito e a prática de que se deve entender por segurança”, ressaltou Adaedson Costa.

A FNP seguirá cobrando a Petrobrás por mudanças nessa área.

PLR 2024

A Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) se reuniu com o RH da Petrobrás para tratar da primeira proposta de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) para o ano de 2024.

A holding manteve as limitações do último acordo de PLR, com a relação piso X teto chegando à diferença superior a 4 vezes.

Essa proposta discrepante foge da bandeira história defendida pela FNP, que é o pagamento máximo (6,25% do lucro líquido ou 25% dos dividendos distribuídos aos acionistas) e igual para todos os trabalhadores.

Outra novidade foi que a Petrobrás também propôs a vigência de dois anos para este novo acordo de PLR.

“Foi uma proposta bem rebaixada, bem abaixo da expectativa, que não contempla os anseios da categoria e tampouco valoriza o trabalho que os empregados e empregadas vêm desenvolvendo ao longo dos anos, que tem resultado em alta produtividade para a Petrobrás”, pontuou Adaedson Costa, secretário-geral da FNP.

Mais um ponto decepcionante da rodada de negociação foi que as empresas subsidiárias PBIO e

TBG não apresentaram propostas de PLR, sob a justificativa de que ainda negociam com a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), do governo federal, para realizar essa prática – já a Transpetro indicou acompanhar a proposta rebaixada da holding, contudo, sem ter formalizado em mesa.

Ainda sobre a Transpetro, persiste o problema de a subsidiária ter o seu resultado apartado dos números da holding, como já foi apontado diversas vezes pela FNP, de modo que os trabalhadores da empresa de logística vão receber menos, dadas as diferenciações entre os índices e a tributação.

A FNP e a própria FUP entendem que as propostas de PLR devem ser integradas entre todas as empresas do Sistema Petrobrás.

Portanto, neste momento, exigimos que a Petrobrás apresente propostas para todos os trabalhadores do Sistema – da holding, da Transpetro, da TBG e da PBIO.

Ambas as federações seguem em tratativas para traçar ações conjuntas relativas ao Fórum de Efetivo, Fórum de Terceirizados, GT de Apuração dos Contratos de Prestação de Serviços e Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS).

Fonte: FNP

POR ACÚMULO DE FUNÇÃO, JURÍDICO CONVOCA TRABALHADORES EMBARCADOS DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PARA PROCESSO

O Departamento Jurídico do Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista convoca os petroleiros embarcados da nossa área representação para entrar com ação individual por acúmulo de função.

A ação tem por objetivo res-

sarcir os trabalhadores que atuam na preservação das plataformas. Para entrar com o processo é necessário cópia do regulamento do PCR, FRE e GD 2020/2024 - relatório de preservação com fotos ou pelo menos foto do material que

está sendo usado para a realização das tarefas que não são pertinentes ao cargo.

Os trabalhadores que quiserem entrar com ação, além do agendamento, podem encaminhar documentação para o e-mail juridico@sindipetro-

santos.com.br. No campo assunto deve constar “acumulo de função plataformas” e a unidade offshore que labora.

Em caso de dúvidas, basta ligar para (13) 3202 1101 ou encaminhar mensagens para (13) 99141-0883.

DIRETORIA DO SINDIPETRO-LP ORIENTA TRABALHADORES SOBRE O REGISTRO NO CFT PARA TÉCNICOS DA PETROBRÁS

Entre 2022 e 2023, os diretores do Sindipetro-LP e da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) participaram de diversas reuniões com o RH da Petrobrás. Além disso, estiveram reunidos também com o Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT), em Brasília, para discutir a obrigatoriedade do registro no conselho de classe.

A Constituição assegura que o exercício das profissões no Brasil é livre, desde que regulamentado. Com base nisso, o CFT foi criado através da Lei

Federal nº 13.639/2018 para regulamentar a profissão de técnico, tornando o registro obrigatório para o exercício dessa função.

Para os trabalhadores que ingressaram na Petrobrás em concursos que exigiam apenas nível médio, a empresa sinaliza que irá oferecer um curso técnico gratuito para a regularização. Alternativamente, o CFT poderá reconhecer a experiência profissional de técnicos por antiguidade ou notório conhecimento, mediante a aplicação de uma prova específica.

Graças às negociações entre Petrobrás, FNP e Sindipetro-LP, foram suspensas a obrigatoriedade em 2022, 2023 e agora em 2024, a Petrobrás informou que está em andamento um projeto piloto, mas não teceu detalhes, porém se comprometeu a divulgar um informe o mais breve possível. Durante as conversas, o CFT informou que o prazo de regularização poderá ser prorrogado, garantindo tempo hábil para que os profissionais se adequem. Contudo, para aqueles que ingressaram por meio de editais que já exigiam nível

técnico, a inscrição no CFT é uma exigência legal.

Para os demais casos específicos, os trabalhadores devem buscar orientação junto ao RH da Petrobrás para encontrar a melhor forma de regularização.

Por fim, as conversas com o CFT revelaram que o conselho ainda não tem pleno conhecimento das atribuições específicas dos técnicos da Petrobrás, evidenciando a necessidade de ajustes e maior diálogo no processo de regulamentação.

CAMPANHA DE SINDICALIZAÇÃO: NÃO FIQUE SÓ. FIQUE SÓCIO!

A necessidade de organização sindical é uma questão crucial para a proteção e promoção dos direitos dos trabalhadores em todo o mundo. Os sindicatos desempenham um papel fundamental na garantia de condições de trabalho justas, salários dignos e benefícios. Organizados, unidos de maneira coletiva, somos uma força social poderosa, capaz de vencer os obstáculos e os adversários mais difíceis.

E a história da classe trabalhadora demonstra isso. Direitos históricos que hoje nossa geração possui foram conquistados com muita luta, suor e - em muitos casos - com o sangue de trabalhadores de todo o mundo.

Em um cenário onde os inte-

resses dos empregadores muitas vezes se chocam com os interesses da classe trabalhadora, os sindicatos funcionam como uma voz coletiva, capacitando a força de trabalho a negociar em pé de igualdade. Eles agem como um contrapeso ao poder das empresas, defendendo interesses das categorias e lutando por melhores condições de trabalho.

Em um mundo onde as desigualdades econômicas e sociais são cada vez mais evidentes, os sindicatos desempenham um papel vital na luta por justiça e dignidade.

Neste sentido, o Sindipetro-LP busca, dialogar com você, que ainda não é nosso associado. Em nossa opinião, sobram motivos para que você

se torne sócio de um dos sindicatos mais combativos do país.

O papel do Sindicato

O Sindipetro-LP tem como papel principal lutar pelos direitos dos petroleiros (as), incluindo salários justos, boas condições de trabalho e contra-ataques à categoria. Além disso, o Sindicato não se limita a questões econômicas imediatas, mas também se envolve em questões políticas, como a defesa do pré-sal brasileiro e da Petrobrás como empresa pública. Para isso, a organização dos petroleiros, por meio de atos, estudos e publicidade, com iniciativas como o Observatório Social do Petróleo, e do Instituto Brasi-

leiro de Pesquisas (IBEPS), que ajudam nas campanhas de conscientização da população, são algumas das iniciativas utilizadas pelo Sindipetro-LP.

Como me sindicalizar?

Para se filiar é só acessar o site www.sindipetrolp.org.br, clicar na barra "Sindicalize-se", que fica abaixo do logo do sindicato, escolher a aba ativo, baixar o formulário de inscrição, preencher e enviar por e-mail para secretaria@sindipetrosantos.com.br ou entregar pessoalmente a qualquer um dos nossos diretores.

É importante destacar que as fichas devem ser assinadas e encaminhadas com cópia de fotos 3x4 do titular e dependentes habilitados.